



Número: **0803793-57.2020.8.18.0123**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JECC Parnaíba Anexo I UESPI**

Última distribuição : **01/10/2020**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ROSALVI DAVID SOUZA (AUTOR)		JOSE CICERO FERREIRA FILHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
14646035	10/02/2021 11:20	Ata da Audiência	Ata da Audiência

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE PARNAÍBA - UESPI
Avenida Nossa Senhora de Fátima, s/n, Fátima - CEP 64200-000 - Parnaíba/PI
E-mail: jecc.phb1@tjpi.jus.br - Fone: (86) 3322-3273

PROCESSO Nº: 0803793-57.2020.8.18.0123
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
ASSUNTO(S): [Seguro]

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos dez dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, às oito horas e quarenta e cinco minutos, na sala de audiência não-presencial deste Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Parnaíba/PI (JECC UESPI), sob a presidência do conciliador FRANCISCO LEONARDO SILVA JUNIOR. Aberta a audiência, após disponibilização de link de acesso às partes e aos advogados nos autos do processo eletrônico, conforme faculta o art. 22, § 2º da Lei nº 9.099/1995. Audiência gravada nos termos da Portaria (Presidência) nº 994/2.020 do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Compareceram a autora ROSALVI DAVID SOUZA, CPF nº 028.223.643-03, acompanhada pelo advogado JOSE CICERO FERREIRA FILHO, OAB/PI nº 6858, e a preposta da parte ré SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. ALANA STEFANE LIMA FERREIRA, CPF nº 070.310.963-40, acompanhado pelo advogado HERISON HELDER PORTELA PINTO, OAB/PI nº 5367. Durante a audiência, a parte ré não apresentou proposta de acordo. Sendo assim, não ocorreu conciliação. A parte ré apresentou contestação com alegação de incompetência e print em seu corpo e juntou documentos aos autos. O advogado da parte autora se manifestou da seguinte forma: “MM. juiz, é válido consignar, a defesa interposta pelo réu o que se vê são argumentos genéricos que não se adequam ao caso em questão, posto que não foi juntado nenhum documento novo capaz de refutar os fatos e os documentos juntados pela autora. Quanto à alegativa de prova técnica apresentada pela requerida, cumpre informar, que a autora já juntou quando do ingresso da inicial o laudo de exame pericial expedido pelo Instituto Médico Legal de Parnaíba/PI, atestado pelo médico perito Régis Carlos de Oliveira Sousa, onde no referido laudo informa que a autora teve invalidez permanente parcial completa, com dano anatômico e incapacidade funcional permanente de repercussão intensa no percentual de 75% do membro atingido. Razão pela qual, impugna a defesa apresentada em todos os seus termos. Dessa forma, reitera os pedidos formulados na petição de ingresso. Pede deferimento.” Em seguida, as partes afirmaram que não possuíam provas a produzir em audiência. O advogado da parte autora fez alegações finais remissivas à inicial. O advogado da parte ré fez as seguintes alegações finais: “MM. JUIZ, a Seguradora ré impugna toda documentação apresentada pelo autor na exordial, pois eis que dentre elas não consta laudo complementar do IML, TÃO SOMENTE o primeiro Laudo do IML trazendo a limitação funcional do joelho direito em 75%, valor este já pago na via administrativa, não trazendo documento novo capaz de atestar sua lesão supostamente sofrida pelo autor em seu grau de percentagem, com seu agravamento, tudo conforme a Lei 11.945/09, Lei 6.194/74 e Súmula 474 e 544 do STJ. agravamento da sequela para que haja tal direito. Diante do exposto, visto que não há provas suficientes dos fatos alegados na exordial, sendo este ônus do autor, e tendo a seguradora feito a quitação de forma administrativa, não havendo mais provas do agravamento ou não da suposta sequela para ensejar o pagamento de complementação do seguro DPVAT, REQUER a IMPROCEDÊNCIA TOTAL DOS PEDIDOS, ao tempo em que reitera em todos os termos a peça contestatória, requerendo ao final o arquivamento e baixa dos autos na distribuição.” Isso posto, remeto os autos para o meritíssimo juiz de direito. Nada mais havendo a acrescentar, encerrou-se a audiência e a presente ata que, após lida e achada conforme, vai devidamente assinada digitalmente apenas pelo presidente deste ato, nos termos da Resolução CNJ 185/2013 e da Lei 11.419/2006.

FRANCISCO LEONARDO SILVA JUNIOR
CONCILIADOR

